

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : RENATO VILAR DE LIMA
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO PEREIRA GOMES JÚNIOR -
RN009406
RENATA CARVALHO MORAIS - RN011182
AGRAVADO : UNIÃO

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. DESVIO DE FUNÇÃO. INCURSÃO NO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO CONSTANTE DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. RESOLUÇÃO TSE 9.649/1974. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. CONCEITO DE TRATADO OU LEI FEDERAL. NÃO ENQUADRAMENTO. AGRAVO INTERNO DO SERVIDOR A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Versa a lide sobre a verificação de ocorrência de desvio de função, sob a alegação de que a parte autora, Servidor Público do TRE/RN, exerce atividades inerentes ao cargo de Oficial de Justiça, inexistente no quadro de pessoal da Justiça Eleitoral.

2. O Tribunal de origem consignou que não restou caracterizado o alegado desvio de função, uma vez que a Justiça Eleitoral não possui o cargo de Oficial de Justiça desde a constituição e estruturação do Grupo de Atividades de Apoio Judiciário, promovida por meio da Resolução TSE 9.649/1974, que o transformou na Categoria Funcional de Atendente Judiciário.

3. Dessa forma, desconstituir a conclusão do acórdão recorrido de que não configurou-se o desvio de função, implicaria, respectivamente, em incursão no acervo fático-probatório constante dos autos e na análise da Resolução 9.649/1974.

4. Tais providências, no entanto, são vedadas nessa via recursal, por, respectivamente, implicar em reexame de provas, obstado pela Súmula 7/STJ, e na análise de Resolução, que não se enquadra no conceito de tratado ou lei federal, previstos no inciso III do art. 105 da Carta Magna.

5. Ante o exposto, nega-se provimento o Agravo Interno do Servidor.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

